

Ata da Reunião Ordinária do mês de Setembro de 2021 do CEDM/PR

Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e quinze minutos em segunda chamada, por web conferência; **Abertura** – A Secretária Executiva Fernanda Marchione, inicia a reunião dando as boas vindas a todas as presentes, informa que o link da lista de presença se encontra disponível no chat, sendo que este documento de assinatura é um documento oficial para a confirmação de presença e faz a chamada inicial; **Conselheiras Representantes Governamentais:** Titular: Mara Sperandio – DGDM/SEJUF; Suplente: Tania Mara Domingues – SEJUF/DGDM; Titular: Jussara Fatima Ribeiro – SEAS; Titular: Dineia Alves de Freitas – SETI; Titular Ana Claudia Machado – SESP; Suplente: Juliana Deindyk Duarte – SESP; Titular: Kamila Conte Kunz – SEDU; Titular: Ana Zaiczuk Raggio – SEJUF/DEDIF; Suplente: Michelle Leite Carolo – SEET; Titular: Carolina Bolfe Poliquesi – SESA; Titular: Regina Célia Vitória – SEED; Titular: Joseli Colloço – Casa Civil; Titular: Camila Araújo – SEDEST; Suplente: Camila Evelin de Moraes – SEJUF/DT; Titular: Priscila Pacheco dos Santos – SECC; Suplente: Carla Konieczniak Aguiar – SESA; **Conselheiras Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Maria Isabel Correa – UBM; Titular: Carmen Regina Ribeiro – RFS; Eunice Teiko – CUT/PR; Titular: Terezinha Andrade Possebom – HUMSOL; Titular: Gabriela Storgatto – Grupo Dignidade; Titular: Clarice Weisheimer – FETEC; Titular: Isabela Candeloro Campoi – UNESPAR; Titular: Rosalina Batista – ASSEMPA; Suplente: Silvana Rausis Fcachenco – FAMOPAR; Titular: Suplente: Marcell Camargo – CIAF; Titular: Celia da Silva Leonardo – RMN/PR; Suplente: Marcia Aparecida de Oliveira – APP; Titular: Fabiane Kravutschke Bogdanovicz – CRP; Suplente: Daniele Bittencourt Azevedo Perich – FETEC; **Colaboradores e Convidados:** Rita de Cássia F. Lins e Silva - COPED/Frente Movimento; Silvane A F Farah – DGDM/SEJUF; Janaina de Oliveira Plasido – MP; Tamires Roza de Jesus Costa – DAS/SEJUF; Andressa Simões Reis Abraão – Procuradoria da Mulher; Leoci Nardelli – Procuradoria da Mulher; Ivone Francisca de Souza – FETAEP; Marcel Jeronymo Lima Oliveira – Grupo Dignidade; Merari Gomes de Souza – SESA - DAV/CPRO/Divisão de Promoção da Cultura de Paz e Ações Intersetoriais; Marcia Bobko Bilibio – PMPR; Daiane Machado – Campanha Mais Defensoria; Luzlyanna Rocha Tavares – Procuradoria da Mulher de Pinhão; Scheila Fatima de Melo Pilarski - Movimento Não é Bacana; Coronel Rita Aparecida de Olveria – ASSOFEPAR; Wendy Moreira de Lima – NUPIGE/MPPR; Maria Emilia Glustak – NUDEM; Maristania Szulak Ize – FETAEP; item um; **1) Boas Vindas da Presidente:** A Presidente Maria Isabel cumprimenta a todas e diz que e solicita a Mara Sperandio que é a chefe do departamento da mulher para que viabilize outro aplicativo para realização das reuniões do CEDM, ela diz que este conselho é muito importante, que estão num momento que a violência contra a mulher está recrudescendo com muita força na sociedade e cita o caso de feminicídio em Ibaiti, na regional de Ponta Grossa, que foi brutal, entre dez e quinze facadas, que era uma mulher que já tinha medida protetiva, que estão com a presença das convidadas do movimento assédio não é bacana, assédio é crime, para perceberem que a violência está em todos os lugares, inclusive de quadros que deveriam primar pela não violência, que muitas vezes a violência é institucional, que precisam que a violência seja combatida de forma exemplar e que o conselho precisa cumprir este papel,

principalmente num ano que estão revendo o plano estadual e passa para o item dois da pauta; item dois; **2) Apreciação e Aprovação da Pauta:** Pauta aprovada, Rede de Mulheres Negras solicita adiantamento do ponto de pauta, solicitação aprovada, ficando na sequência do monitoramento do plano; item três; **3) Aprovação da Ata de Agosto:** Ata aprovada; item quatro; **4) Movimento “Assédio não é bacana – Assédio é crime” - Mobilização pela reforma da sentença que absolveu o Tenente-Coronel Médico Fernando Dias Lima – vulgo “Doutor Bacana” - denunciado por prática reiterada de assédio sexual e atentado violento ao pudor contra pacientes (Mulheres Militares Estaduais) em consultórios médicos no período de 2011 e 2018:** A Capitã da PMPR Carolina diz que estão presentes a Coronel Aparecida, a Capitã Márcia e a Cabo Scheila, ela diz que o movimento decorreu da insatisfação com o resultado da sentença absolutória, que acabou absolvendo o coronel Fernando Dias de Lima de pelo menos trinta atos de assédio sexual, que dentre as quarenta e cinco denunciante e informantes da denúncia apresentada pela 1ª Promotoria da Vara de Auditoria Militar à Justiça Militar do Estado do Paraná estão militares estaduais (recrutas, soldados, cabos, sargentos e oficial) e civis (esposas de policiais militares), que a violência psicológica teve significativo impacto nas vidas particulares, familiares e profissionais das vítimas, que o caso teve repercussão midiática pelo fato de o denunciado reunir três condições de poder: oficial superior, médico e político, que em 24/06/2021 o acusado foi absolvido em primeira instância pelo Conselho Especial de Justiça Militar, que apesar de reconhecer a veracidade dos fatos, a sentença deixou de responsabilizar exemplarmente o agressor pelo constrangimento e pela ofensa à dignidade das mulheres, que a impunidade destoava do atual contexto em que a sociedade brasileira se une em prol do respeito aos direitos das mulheres contra todas as formas de violência e, que, além disso, é sentida como espécie de “mordaza”, e pelas razões expostas, as vítimas e cidadãos que lhes são solidários clamam por Justiça e pugnam para que a decisão seja integralmente reformada pelo Tribunal de Justiça do Paraná em segunda instância, que este movimento iniciou-se justamente para chamar a atenção, para que tudo que foi construído não vire uma enorme injustiça, que essa situação começou em 2018 quando começaram receber denúncias sobre um coronel médico com todo tipo de assédio e que foi iniciado um inquérito policial militar para as circunstâncias com bastante responsabilidade e seriedade conforme o tema requer para apurar as denúncias e que durante a apuração foram identificadas pelo menos cinquenta vítimas do oficial, que o inquérito resultou num processo administrativo e o processo já foi concluído e resultou na exclusão do oficial das fileiras da corporação e que hoje ele se mantém coronel por força de uma liminar judicial, que administrativamente já foi feito tudo que era possível e que tem informação que o CRM também já o considerou indigno do exercício da medicina e que hoje ele tem o registro ativo também por força de uma liminar judicial, que para a surpresa delas quando foi para a justiça militar ele acabou sendo absolvido numa sentença que diz que os fatos aconteceram e se tem provas de autoria e que no final resulta absolvido por inexistência do fato ou comprovação da autoria, ela diz que isso não é uma crítica a instituição PMPR, que esse é um fato pontual e que o receio é que percam tudo que foi construído e que isso se torne uma enorme injustiça, que não querem que isso aconteça dentro da instituição, que isso

não é uma crítica a PMPR, que o comandante geral atual criou a Comissão de Combate e Prevenção ao Assédio Moral e Sexual e que essa comissão permite que as vítimas de assédio moral e sexual possam fazer as denúncias seguras e diretas para corregedoria geral, que isso trouxe um reforço positivo e que a finalidade do movimento é trazer essa discussão para todos que possam reforçar essa causa com objetivo que essa situação seja revertida, ela diz que estão presente duas vítimas dessa situação, a Capitã Márcia e a Cabo Sheila, a Capitã Márcia diz que é importante ressaltar que o processo está correndo em segredo de justiça, porém ocorreu uma série de vazamentos para a mídia que tornaram públicos depoimentos das vítimas em juízo, trechos da sentença bem como nota do Ministério Público sobre o caso que permitem o relato parcial, que a grande questão que envolve o caso é o impacto negativo na luta pelos direitos das mulheres, que o avançaram a passos lentos, que existe um inegável retrocesso quando dezenas de mulheres que relataram o que passaram no consultório médico submetidas a toques e comportamentos minimamente inconvenientes, que confiaram receosas no sistema, que tiveram esses relatos considerados sim irregulares e abusivos por diversas pessoas diferentes e em diversas esferas diferentes, que são surpreendidas por uma sentença absolutória incompreensível, que reconhece a existência dos fatos mas absolve por inexistência do fato apontando falha de tipificação pelo MP, abrindo brecha, que se mantida a decisão, para reflexos na esfera administrativa onde já havia sido decidida a exclusão por unanimidade de votos por terem sido as condutas consideradas incompatíveis, que há um silêncio e uma apatia sim das envolvidas que nem sabem o que fazer, e muitas vezes optam por não tocar no assunto e tentar esquecer, que há um sentimento de impotência das mulheres em cargo de chefia com relação aos casos futuros, de como orientar, como proceder, como conduzir, pois, quando o sistema não dá a resposta que se espera, que isso causa a insegurança e a incerteza que expande seus reflexos, e por isso, todo apoio é bem vindo, que todas as vozes que puderem se elevar juntas para quebrar o silêncio de quem perdeu as forças e a esperança somam na luta por uma causa que não é específica, atingindo todas que já passaram ou sofreram algum tipo de abuso e permaneceram invisíveis diante do sistema, que as vítimas tem medo que isso se reverta contra elas, a Cabo Sheila diz que é de Foz de Iguaçu e que é uma das vítimas e que passou por dois tipos de violência nas mãos do Fernando “Dr. Bacana”, que a primeira vez que foi assediada foi em Cascavel, que ele fazia elas ficar mais tempo sem roupas, que ele era médico e Tenente-Coronel, que ele usava o posto dele para ameaçar as policiais, que ele assinava as perícias médicas, que ao aferir a pressão ele deixava a mão delas perto do pênis ereto dele ou ele dava os abraços longos, sempre nas mulheres que estavam em situação de fragilidade, que quando aconteceu com ela o marido estava na Força Nacional, que foi para a sala dela e comentou com alguns policiais que pediram para que ela tomasse cuidado pois ele é Coronel e que ficou por isso mesmo, que em outra ocasião quando foi levar a perícia da mãe para ser assinada por ele foi assediada e ao sair comentou com algumas policiais o que estava acontecendo e que tempos depois foi chamada para ser ouvida pois existiam outras denúncias e como policiais devem seguir um o regulamento e falar a verdade, ela diz que não sabia das outras policiais, que quando foi ouvida pela Capitã Carolina percebeu que eram muito grande e que

resolveram ficar caladas e preservar o nome da instituição e que isso nasce com um sentimento de patriotismo muito grande, que foram muito bem atendidas mas que não comentavam com ninguém mas que quando saiu a sentença foi um choque para todas e por isso iniciaram este movimento, que este movimento é muito diferente de todos os outros movimentos que existe dentro da instituição e que tiveram muito apoio de muitos policiais, que no começo foram tidas como as policiais que expulsaram o médico da região, que elas vêm buscar o apoio a essa causa, que foi ventilado uma notícia que ele iria reverter tudo e cobrar danos morais, ela diz que tem certeza que com este movimento e com o apoio do CEDM nessa reunião ela tem certeza irão conseguir atingir o Desembargado ao julgar o recurso pois tem o peso da sociedade ao julgar e que é importante que ele sinta o peso da sociedade clamando por justiça, a Coronel Aparecida agradece a Presidente por incluir esse item na pauta, agradece a fala das vítimas, diz que elas representam a dor de cada mulher da Polícia Militar do Paraná, ela diz que assédio não é bacana, é crime, que respeitar sentença proferida no dia vinte e quatro de junho que absolveu o Dr. Fernando vulgo “Dr. Bacana” não quer dizer que elas tem que se calar e aceitar o que foi deferido, que enquanto Coronel da PM, em onze anos da reserva, jamais poderia imaginar receber tamanha incumbência, que é um caso sem precedentes nos cento e sessenta e sete anos da Polícia Militar do Paraná e que realmente o que foi colocado nessa mobilização que cada instituição se somem com elas com o objetivo de sensibilizar os integrantes do Tribunal de Justiça do Paraná, não importando em qual Câmara Criminal será distribuído o recurso de apelação do Promotor de Justiça que já o fez e protocolou e junto com o recurso de apelação segue o recurso dos assistentes de acusação, ela diz que neste momento representa a soma de seis associações que se juntaram em defesa das quarenta e cinco mulheres que se expuseram em busca de justiça, que este movimento está em nível nacional e que tem certeza que com a força de cada uma delas e de cada uma das instituições poderão ter a sentença revogada pelo Juiz, que ele além de médico, era Tenente-Coronel e Político influente, ela diz que são três seguimento de poder em um só homem e que é inconcebível dizer que não houve agravo de ameaça, ela diz que para que a justiça seja feita pedem a reforma da sentença, em seguida ela explica que precisa sair e agradece a todas pelo espcoco que foi aberto, a Presidente parabeniza as mulheres que se levantam e lutam pelos direitos das mulheres e que deve ser mais difícil dentro da corporação, que ouvir este relato deixa todas de coração muito apertado e abre para três pergunta e em seguida devem fazer o encaminhamento sobre essa pauta, Silvana Rauses pergunta sobre o posicionamento da secretaria municipal em relação a essa causa, Mara agradece a Presidente por terem aceito a pauta e diz que a Coronel Aparecida a procurou e que ela orientou que procurasse a Presidente e parabeniza ao movimento por essa luta e que certamente terão o apoio de toda a Polícia Militar, Dona Rosalina diz que é muito importante que tenham trazido essa pauta ao CEDM e que devem formular um encaminhamento aos conselhos municipais informando a situação e que é muito importante que essas pautas cheguem ao CEDM e que podem contar com o CEDM, Maria diz que fizeram uma reunião com o NUDEM, as vítimas e os assistentes de acusação no final de agosto para coordenar a atuação do NUDEM neste caso que é muito sério e que estão terminando de analisar o

processo que receberam e que irão atuar no recurso de apelação e irão se reunir com as vítimas para promover uma ação por danos morais coletiva, que a ação de danos morais exige um conjunto probatório menos extensivo que uma ação criminal e pode ser muito útil para trazer visibilidade para o caso e para as vítimas e a depender do fundamento da absolvição ela se torna muito mais grave, ela avisa que em outubro a Dra. Livia irá sair e que irá entrar a Dra. Mariana e que provavelmente será ela quem irá atuar nessa causa e que as estagiárias de pós irão continuar, Carolina agradece a todas as mulheres que se dispuseram a falar dessa situação e que acredita que deveriam ter uma ação coordenada neste sentido e colocar no site do conselho e pede para colocar em destaque o que se pede e em nome delas e até delas e ver com a assessoria jurídica da SEJUF para que possam dar mais peso jurídico, para que possa chegar nas instâncias que estão sendo julgadas com maior peso e de forma legal em nome do conselho, que essa é a sugestão, a Presidente diz que gostaria de encaminhar uma nota de apoio e que esse encaminhamento dever ser feito pela Comissão de Comunicação e que após a nota ser divulgada que seja encaminhada para todos os conselhos e procuradorias e abre para apreciação, a Capitã Márcia diz que qualquer apoio que vier da sociedade é considerado válido e fala do manifesto que foi organizado em Maringá em apoio, após essas falas foi aprovado o encaminhamento da realização da nota de apoio ao movimento e que será divulgada no site e encaminhado para todos os conselhos municipais e procuradorias da mulher e agradece as mulheres e diz que o machismo está em todos os espaços e que não podem deixar que ações tão maléficas se perpetuem e que não podem deixar que os direitos que já foram conquistados de equidade possam novamente ser questionados, a Capitã Carolina agradece o espaço que foi dado e pede que além deste apoio que assinem a manifestação pelo link que foi disponibilizado no chat e que ajudem a divulgar nos grupos, Maria do NUDEM diz que a Dra. Livia informou que o NUDEM não poderia divulgar os atos e documentos do processo por conta do sigilo e por não estarem habilitadas ainda, mas que as próprias vítimas podem divulgar os documentos a quem tiver interesse em ajudar, já que são partes do processo e que ela também comentou sobre a possibilidade das entidades participarem como Amicus Curiae e que o NUDEM está a disposição para discutir essa possibilidade, a Presidente diz que coloca a entidade que ela representa para serem Amicus Curiae para atuar nesta causa, não tendo mais a tratar ela passa para o próximo ponto da pauta; tem cinco; **5) Informes do Departamento da Mulher:** A vice-presidente, Mara Sperandio, diz que o Agosto Lilás foi um sucesso, que através dos ERs, todos os municípios do Paraná foram atingidos e que o Ônibus Lilás foi em dezoito município sendo: Fazenda Rio Grande, Porto Vitória, General Carneiro, União da Vitória, Cruz Machado, Mandirituba, Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré, Pinhão, Toledo, São Pedro do Iguaçu, Formosa do Oeste, Assis Chateaubriand, Guaíra, Pérola, Medianeira, Diamante do Oeste e Nova Cantú, ela diz que o Agosto Lilás de 2021 bateu recordes de ações realizadas no Paraná, que por onde o Ônibus Lilás passou, todas as Secretarias Municipais aderiram as ações, que foram realizadas muitas Palestras pelo interior do Paraná, que o Ônibus Lilás está com reservas até 2022, que tiveram muita mobilização por todo Paraná, que tiveram a participação das Secretarias Municipais e que todas ficaram muito interessadas na criação de novos conselhos e que a

Desembargadora Ana Lúcia está ajudando no fomento de criação de novos conselhos, ela diz que graças a dica da Dra. Ana Cláudia conseguiu falar com o diretor da IPARDES e que ele irá ajudar no diagnóstico do novo plano e que graças a essas dicas conseguiram encontrar a Tamara Resendes e que com a ajuda da Tamara e da equipe técnica da Secretaria e das metas que irão receber das outras secretarias irão conseguir construir o novo plano, Tamara cumprimenta a todas e diz que participou do plano anterior, auxiliando com o diagnóstico e construção da metodologia do plano, ela apresenta a Arilda que é socióloga e diz que ela está na equipe e que já realizaram algumas conversas iniciais e que até dezembro poderão realizar um diagnóstico para o novo plano e uma metodologia que seja exequível para essa construção e que também inseriram uma conversa com o IPARDES e que eles se disponibilizaram a colaborar com a construção do novo plano, que existe um diagnóstico prévio e que elas se dispõem em participar das reuniões mensais para trazer “FeedBack” e que fica como orientação é rever os eixos do plano e como não houve nova conferência que mantenham os mesmos eixos e que tragam um novo diagnóstico e que em estrutura não mudaria muito, o que mudaria seria o novo momento e o novo diagnóstico e se coloca a disposição, ela diz que a Louise está no IPARDES e que se eles forem mesmo colaborar que provavelmente ela quem irá ajudar e então seriam duas pessoas da equipe anterior, a Presidente diz que o fato de ter uma equipe com experiência é um fato bem alentador, Carmen diz que fica feliz, que a algum tempo pedia este contato com o IPARDES, que fica muito feliz de ver a Tamara no grupo e que podem marcar uma reunião com as conselheiras que se interessarem para discutir sobre essa construção, a Presidente diz que o CEDM fica a disposição para se reunirem assim que a equipe entender que for necessário, Silvana diz que FOZ está pegando fogo, que tem nas comunidades indígenas quatorze casos de suicídio e outras tentativas, que ela esteve em contato com a aldeia e os pais das vítimas, que tem indígenas do Paraguai que são traficantes e que estão sediados lá e que gostaria de enviar este material e que isso é segredo de justiça e por isso não pode passar para o CEDM, a Presidente diz que isso tem mesmo que aparecer no plano, Márcia parabeniza a equipe técnica que vai participar do novo plano e diz que também devem ter um olhar técnico com as demandas que vão surgir da pandemia e do pós pandemia e sugere um encaminhamento para terem um momento para dar essa possibilidade de trazer essas novas demandas, que é muito importante ter esse espaço como instrumento junto aos conselhos municipais para ouvir as demandas, direto para os conselhos municipais e com os diferentes seguimentos de mulheres nos municípios, numa busca ativa das demandas, a Presidente diz que então terão que ter uma conversa com a Comissão para que se construa um instrumento que possa contribuir com a construção do plano e coloca a proposta em votação, fica aprovado o encaminhamento para a Comissão de Comunicação e que após deve ser encaminhado aos conselhos municipais e também para as entidades que compõe o conselho para que possam trazer a demanda, não havendo mais a tratar, a Presidente passa para o próximo ponto da pauta; item seis; **6) Monitoramento do Plano – Apresentação SESP:** A Dra. Ana Cláudia Machado solicita que a secretária-executiva compartilhe a apresentação da SESP, Apresentação do “MONITORAMENTO DO PLANO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (2018-2021)”: Ações da Secretaria da

Segurança Pública (Polícia Civil): OBJETIVO: 2.7 Fortalecer a intersetorialidade na garantia de direitos as mulher (M); AÇÃO: 2.7.2 Garantir a participação efetiva dos profissionais da SESP nas redes de proteção à mulher nos municípios do estado (A); META: 100% redes locais de proteção com a participação da segurança pública nas discussões (A); PRAZO: 2017 (A); LINHA DE BASE: 20 redes de proteção à mulher e 20 policiais civis que representam a SESP nessas redes (2017); - Cumprimento da meta: 21 redes locais (100%); - Reduzir equívocos de interpretação: “2.7.2 Garantir a participação efetiva de representante da Delegacia da Mulher, preferencialmente da autoridade policial, nas redes de proteção a mulheres dos municípios em que a unidade policial estiver localizada”; - Adaptar ao nº de DMs: “manutenção de redes locais de proteção, em cada um dos municípios com unidades policiais Especializadas, com a participação de representante da segurança pública nas discussões”; - Manutenção durante todo o plano: “até 2025”. Ações da Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil): OBJETIVO: 3.1. Efetividade e celeridade nos processos investigativos (M); AÇÃO: 3.1.2. Assegurar a produção de provas periciais para mulheres vítimas de violência, com a implementação do prontuário médico ampliado nos hospitais públicos do estado (E); META: 100% dos hospitais públicos utilizando prontuário médico ampliado (E); PRAZO: 2021 (E); LINHA DE BASE: 0 (2017); - Cumprimento da meta: desconhecemos a implementação de prontuário médico ampliado (0%); - Não foi identificada qualquer informação sobre a iniciativa; - A SESP não tem qualquer ingerência sobre os hospitais públicos/médicos do Estado, para implementar algum tipo de alteração em prontuário. Ações da Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil): OBJETIVO: 3.2 Qualidade e integralidade no atendimento à mulher vítima de violência (M); AÇÃO: 3.2.6 Fornecer espaço diferenciado dentro das delegacias já existentes, com corpo funcional específico (Saem – Serviço de Atendimento à Mulher), em cidades em que não é viável a instalação de Delegacia da Mulher (A); META: 2 (duas) novas unidades (A); PRAZO: anual (M); LINHA DE BASE: 21 (2017); - Cumprimento da meta: até o momento, não foram criados mais SAEMs (0%); - Atual quadro de recursos humanos e pandemia; - Facilitar a implantação: “3.2.6 Implantar Serviço de Atendimento Especializado para Mulheres – SAEM, nas dependências de Delegacia de Polícia já existente na localidade, para incrementar o atendimento a demandas relacionadas a violências de gênero”; - Adequar a redação: “02 (dois) novos Serviços Especializados”. Ações da Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil): OBJETIVO: 3.2 Qualidade e integralidade no atendimento à mulher vítima de violência (M); AÇÃO: 3.2.7 Ampliar o número de Delegacias da Mulher (M); META: 2 (duas) novas unidades (A; PRAZO: 2021 (A; LINHA DE BASE: 20 (2017); - Cumprimento da meta: Delegacia da Mulher de Arapongas, em março/2020 (50%); - Atual quadro de recursos humanos e pandemia; - Adequar à realidade do serviço público: “ao menos 01 (uma) nova unidade especializada”; - Adequar a redação: “até 2025”. Ações da Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil): OBJETIVO: 3.2. Qualidade e integralidade no atendimento à mulher vítima de violência (M); AÇÃO: 3.2.8 Padronizar o atendimento à mulher vítima de violência com a implementação de protocolo de atendimento, por meio de disponibilização de novas peças no sistema informacional da Sesp (E); META: 100% dos inquéritos policiais abertos no SAEM e nas delegacias da mulher utilizando novo modelo do sistema “atividades

cartorárias” (E); PRAZO: 2019 (E); LINHA DE BASE: 0 (2017); - Cumprimento da meta: todas as delegacias do Estado utilizam o novo modelo do sistema “atividades cartorárias”(100%); Padronização utilizada em toda Instituição Policial Civil, inviabilizando discricionariedade para descumprir a ação. Ações da Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil e Polícia Militar): 3.2 Qualidade e integralidade no atendimento à mulher vítima de violência (M); AÇÃO: 3.2.5 Oferecer cursos para qualificação continuada de policiais civis e militares, visando a atualização sobre as técnicas de atendimento e as mudanças legislativas referente às mulheres vítimas de violência (M); META: 2 (dois) cursos de abrangência estadual (M); PRAZO: anual (M); LINHA DE BASE: 1 (2017); Ações da Secretaria da Segurança Pública (Departamento Penitenciário): OBJETIVO: 1.3 Acesso à informação e disseminação dos direitos das mulheres (M); AÇÃO: 1.3.7 Ofertar oficinas descentralizadas sobre acesso aos direitos sociais para mulheres em privação de liberdade e egressas do sistema prisional (M); META: 02 (duas) oficinas realizadas (M); PRAZO: anual (M); LINHA DE BASE: 01 (2017); - Cumprimento da meta: Foram realizadas as 02 (duas) oficinas previstas anualmente (100%); Ações da Secretaria da Segurança Pública (Departamento Penitenciário): OBJETIVO: 1.4 Fortalecimento dos espaços comunitários para o protagonismo feminino (M); AÇÃO: 1.4.3 Orientar familiares, especialmente mães e parceiras, no âmbito do Programa de Prevenção ao Encarceramento dos Familiares (M); META: 9 (nove) regionais com programa implementado (A); PRAZO: 2021 (A); LINHA DE BASE: 0 (2017); - Cumprimento da meta: O programa foi implementado em todas as regionais do DEPEN: Curitiba; Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Cascavel e Francisco Beltrão (100%); - Adequar ao nº de regionais do DEPEN: “07 (sete) regionais com o programa implementado”; - Adequar a redação: “até 2025”. Ações da Secretaria da Segurança Pública (Departamento Penitenciário): OBJETIVO: 2.6 Produção de informações para maior efetividade das políticas públicas (M); AÇÃO: 2.6.7 Organizar fluxos de atendimento para a notificação dos casos suspeitos e confirmados de violência interpessoal/autoprovocada no SINAN Net, e encaminhar as mesmas à vigilância epidemiológica do município sede da unidade prisional (E); META: 01 (uma) portaria publicada para normatização do fluxo (E); PRAZO: 2019 (E); LINHA DE BASE: 0 (2017); Cumprimento da meta: Portaria não publicada (0%); - Gestão optou por fluxo de encaminhamento diverso; - Os casos suspeitos de violência são informados à Polícia Civil e encaminhados para atendimento médico, quando necessário. Ações da Secretaria da Segurança Pública (Departamento Penitenciário): OBJETIVO: 2.8 Atendimento humanizado e integral às mulheres em diferentes situações de vulnerabilidade (M); AÇÃO: 2.8.1 Implementar parcerias com Defensoria Pública do Estado e universidades para atendimento jurídico, psicológico e serviço social às mulheres em privação de liberdade nas unidades prisionais de Foz do Iguaçu, Piraquara e Ponta Grossa (M); META: 03 (três) termos de cooperação firmados (M); PRAZO: 2020 (A); PRAZO LINHA DE BASE: 0 (2017); - Cumprimento da meta: Portaria não publicada (0%); - Gestão optou por fluxo de encaminhamento diverso; - Os casos suspeitos de violência são informados à Polícia Civil e encaminhados para atendimento médico, quando necessário. Ações da Secretaria da Segurança Pública (Departamento Penitenciário): OBJETIVO: 2.8 Atendimento humanizado e integral às

mulheres em diferentes situações de vulnerabilidade (M); AÇÃO: 2.8.1 Implementar parcerias com Defensoria Pública do Estado e universidades para atendimento jurídico, psicológico e serviço social às mulheres em privação de liberdade nas unidades prisionais de Foz do Iguaçu, Piraquara e Ponta Grossa (M); META: 03 (três) termos de cooperação firmados (M); PRAZO: 2020 (A); LINHA DE BASE: 0 (2017); - Cumprimento da meta: Firmados 05 termos de cooperação: Universidade Positivo; FAP; UEPG; PUC/PR e Defensoria Pública (+100%); - Adequar a redação: “até 2025”. Ações da Secretaria da Segurança Pública (Departamento Penitenciário): OBJETIVO: 2.8 Atendimento humanizado e integral às mulheres em diferentes situações de vulnerabilidade (M); AÇÃO: 2.8.2 Estimular a prática de atividades físicas e recreação adaptada para mulheres com deficiência e idosas privadas de liberdade (E); META: 01 (um) projeto implementado na unidade penitenciária feminina (E); PRAZO: 2019 (E); LINHA DE BASE: 0 (2017); - Cumprimento da meta: Projeto não implementado (0%); - Não temos presas idosas ou com deficiência na Penitenciária Feminina do Paraná; - Sugerimos a exclusão, tendo em vista a inexistência ou baixíssima incidência de mulheres idosas ou deficientes no sistema penitenciário. Ações da Secretaria da Segurança Pública (Departamento Penitenciário): OBJETIVO: 2.8 Atendimento humanizado e integral às mulheres em diferentes situações de vulnerabilidade (M); AÇÃO: 2.8.3 Estabelecer parceria com organizações afetas ao atendimento de imigrantes, refugiados e estrangeiros para instruir fluxo de atendimento para mulheres estrangeiras em conflito com a lei (E); META: 01 (uma) portaria publicada para normatização do fluxo (E); PRAZO: 2019 (E); LINHA DE BASE 0 (2017); - Cumprimento da meta: Portaria não publicada (0%); - Decisão de gestores; - Existência de fluxo informal, que atende a demanda. Exemplo: A unidade prisional de Foz do Iguaçu, possui hoje cinco mulheres estrangeiras privadas de liberdade. Embora não exista uma portaria normatizando o fluxo de atendimentos, todas as mulheres estrangeiras privadas de liberdade recebem atendimento, sendo comunicada imediatamente a autoridade estrangeira sobre a prisão. Ações da Secretaria da Segurança Pública (Departamento Penitenciário): OBJETIVO: 2.8 Atendimento humanizado e integral às mulheres em diferentes situações de vulnerabilidade (M); AÇÃO: 2.8.4 Construir espaço específico na unidade prisional de Piraquara para mulheres mães e filhos nascidos no cárcere (E); META: 01 (uma) unidade materno-infantil construída (E); PRAZO: 2020 (E); LINHA DE BASE: 0 (2017); - Cumprimento da meta: A unidade materno-infantil já existe (100%). Ações da Secretaria da Segurança Pública (Departamento Penitenciário): OBJETIVO: 2.8 Atendimento humanizado e integral às mulheres em diferentes situações de vulnerabilidade (M); AÇÃO: 2.8.5 Criar um grupo de trabalho (GT) para implementação da resolução 02/2017 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNP-CP), e fomento da discussão acerca do atendimento aos filhos de mulheres encarceradas (E); META: 01 (um) GT implementado (E); PRAZO: 2018 (E); LINHA DE BASE: 0 (2017); - Cumprimento da meta: GT não criado (0%); - Decisão de gestores; - A resolução nº 02/2017 foi implementada. Os bebês têm permanecido na unidade por curto período. Assim que chegam na Penitenciária Feminina de Piraquara, a mãe é atendida pelo setor jurídico e verificada sua situação processual, em busca de algum benefício, especialmente prisão domiciliar ou antecipação de regime, a fim de que mãe e filho

possam sair da unidade. Normalmente os pedidos realizados pela unidade obtêm êxito”. (A apresentação do monitoramento do plano foi elaborada pelas Conselheiras: ANA CLÁUDIA MACHADO JULIANA HEINDYK DUARTE), Carmen parabeniza pela apresentação e diz que depois podem olhar as planilhas, a Dra. Ana Cláudia diz que já encaminhou a planilha e a apresentação e diz que tem muita coisa para incluir no plano e que ação tem nada sobre feminicídio e nem da polícia científica e pede que façam uma conversa com a Capitã Caroline e as demais policiais que fizeram a exposição na reunião para trazer essas informações para o próximo plano, Carmen diz que não podem transformar a saúde em um órgão de delação, Silvana Rauses diz que este é uma meta do plano que podem considerar cumprida, a Dra. Agradece e não havendo mais a tratar passam para o próximo ponto da pauta; item sete; **7) RMN-PR - Ofício 29/2021:** Célia cumprimenta a todas e diz que representa a Rede de Mulheres Negras do Paraná inicia a apresentação MAIS DEFENSORIA, MAIS DIREITOS: Em maio de 2021, completam-se 10 anos da criação da Defensoria Pública no Estado do Paraná, através da regulamentação dada pela Lei Complementar Estadual 136/2011. A instituição da Defensoria Pública nesse modelo foi importante passo para o avanço do acesso à justiça e essa conquista só foi possível graças à ampla mobilização da sociedade civil, inclusive movimentos sociais, universidades, estudantes e apoiadores(as) nos órgãos públicos e no Poder Legislativo. O Estado do Paraná foi o penúltimo no país a dar cumprimento à previsão constitucional e criar efetivamente uma Defensoria Pública para proteger e promover os direitos dos que necessitam, com qualidade e gratuidade. Desde então, a Defensoria Pública do Estado do Paraná tem desempenhado sua missão tanto nos casos individuais das mais diversas naturezas (exemplo são as áreas de família, infância, execução penal, entre outras) quanto nas causas coletivas pelos direitos humanos, sendo, portanto, a instituição no sistema de justiça mais próxima da população e de suas necessidades urgentes. Apesar disso, a Defensoria Pública continuam a ter baixíssimo orçamento, o que configura um enorme desafio para que possa atender a todos(as) os(as) paranaenses, onde quer que morem. Como resultado, das 161 comarcas existentes no Estado, apenas 18 são atualmente cobertas pela Defensoria Pública. Mesmo nessas sedes, nem todos os temas são atendidos, devido à limitação de estrutura e de pessoal. Uma década depois, o Estado do Paraná conta com pouco mais de 100 Defensores(as) Públicos(as) e 255 servidores(as) em atividade, número muito menor do que a demanda, que seria de 900 Defensores(as), segundo planejamento de 2013. Proporcionalmente, esse número significa que temos apenas um Defensor(a) Público(a) para cerca de 106 mil habitantes, colocando o Paraná como o estado mais deficitário do Brasil na abrangência da Defensoria Pública e, em consequência, também no acesso à justiça. Assim, o cenário é preocupante, sobretudo quando considerada a determinação do art. 98 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que, após a Emenda Constitucional 80/2014, previu que até 2022 todas as unidades jurisdicionais deveriam contar com atendimento da Defensoria Pública, horizonte longe de se concretizar no Estado do Paraná. Estamos, portanto, diante de um estado de coisas inconstitucional, que deixa grande parte da população sem possibilidade de garantia de seus direitos, pois não tem condições de recorrer à advocacia privada. Vale apontar também que a estrutura da

Defensoria é nitidamente menor que a de outros órgãos do sistema de justiça, como o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, o que é incompatível com a expressiva demanda da população. Isto é reflexo da capacidade orçamentária: a Defensoria recebe o menor orçamento anual dentre as instituições que compõem o sistema de justiça paranaense. Para o ano de 2021, por exemplo, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná goza de um orçamento de 2,2 bilhões, 30 vezes maior que o da Defensoria, de 72 milhões, enquanto o Ministério Público recebeu dotação de 992 milhões no período. A limitação e a disparidade de estrutura e recursos têm impactos diretos para a sociedade. Apesar desse contexto, a Defensoria Pública, onde instalada, tem feito importante diferença na vida de muitas pessoas que não teriam acesso à justiça de outra forma. Divórcios, pedidos de alimentos e guarda, a proteção das crianças e adolescentes, a disponibilização de tratamentos de saúde e de medicamentos, defesas em processos criminais, defesas em reintegrações de posse, a discussão de dívidas e contratos, indenizações, além da ampla atuação coletiva para garantia dos direitos das mulheres, do direito à moradia, direitos das pessoas encarceradas, entre tantos outros, dependem de uma Defensoria forte, presente e aparelhada. Nesse sentido, diversos atores da sociedade civil vem construindo a Campanha “Mais Defensoria, mais direitos” como forma de pautar o Estado do Paraná para conferir maior atenção e investimentos à Defensoria Pública, permitindo assim sua expansão para chegar em todas as partes onde ela é tão necessária. Isso envolve também o fortalecimento da transparência e participação popular nas decisões da Defensoria Pública sobre seu planejamento e sobre as prioridades de atendimento e de expansão. No marco dos seus primeiros 10 anos, é com mais direitos e cidadania que se poderá superar a presente crise que atravessamos. Mais Defensoria é mais direitos! Aliança Nacional LGBTI+. Associação das Defensoras Públicas e Defensores Públicos do Paraná (ADEPAR), Associação de Moradores do Jardim Franciscato, Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos LGBTI+ (ANAJUDH LGBTI), Centro Acadêmico Horácio Raccanello Filho, Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS - Direito UFPR, Centro de Estudos da Constituição (CCONS/UFPR), Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araujo (Cefuria), Conselho da Comunidade de Apucarana, Conselho da Comunidade da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Conselho da Comunidade de Execuções Penais da Comarca de Maringá, Conselho Regional de Psicologia (CRP-PR), Conselho Regional de Serviço Social do Paraná (CRESS/PR), Desencarcera PR, Frente Movimento, Grupo Dignidade,, Instituto Democracia Popula, Liga Brasileira de Lésbicas, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (MMC PR), Movimento de Mulheres Quilombolas do Paraná, Movimento de Trabalhadoras/es por Direitos (MTD), Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais sem Terra (MST), Núcleo de Direitos Humanos PUC-PR, Rede Justiça pelos Direitos Humanos no Paraná (RejuDH-PR), Rede Mulheres Negras-PR, Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP-PR), Terra de Direitos, União de Moradores e Trabalhadores de Curitiba e Região, ela diz que compartilhou no chat o link da carta e do formulário, ela diz que tem um grupo de trabalho que discute sobre este tema e passa para o Marcel fazer uma complementação, Marcel cumprimenta a todas e agradece pelo espaço e destaca a importância dos conselhos de

estarem atentos na disputa do orçamento público, que no ponto de vista do que se trata da campanha ele destaca que a disputa do orçamento público no sistema de justiça é uma disputa totalmente desigual, ele diz o MP tem novecentos e noventa e nove milhões de verba anual e que a Defensoria Pública do Paraná que inclui uma força de emenda constitucional até o próximo ano deveria estar em todas as comarcas do Paraná só está em quinze comarcas e que recebe por ano menos de setenta e cinco milhões para todas as suas ações, que estão trabalhando na perspectiva que tenha a ampliação da Defensoria no Paraná, Daiana cumprimenta a todas e reforça o pedido de adesão na campanha Mais Defensoria Mais Direitos e agradece o espaço, Carmen pergunta se tem prazo para a adesão, Célia diz que não tem prazo, Daiana diz que todos que tiverem interesse podem fazer a adesão a qualquer momento pelo formulário e que o link foi disponibilizado no chat, Carmen pede para a secretária-executiva compartilhar o link no grupo do CEDM, Rita de Cássia cumprimenta a todas e agradece o espaço em nome do COPED e em nome da Defensoria Mais Direitos e se coloca a disposição como advogada e em nome da causa que deve ser melhor olhada por todos, ela complementa as falas anteriores dizendo que o Paraná vem sendo um Estado retardatário no âmbito dos direitos humanos, que envolvem fundamentalmente os direitos que estão consagrados no país, que o Estado do Paraná não tem cumprido o papel de fornecer os mecanismos de busca por justiça, principalmente das comunidades mais vulneráveis e ressalta os dados, que são cinquenta e sete comarcas entre trezentos e noventa e nove municípios, que são cem defensores para uma média de cento e sessenta e um mil habitantes, quando a expectativa seria uma média de oitocentos e quarenta e quatro defensores, que é uma questão bem grave e que os objetivos da campanha é lutar por mais investimentos neste sentido e reivindica emenda na LDO de dois mil e vinte e dois, que o problema não está só no orçamento para a defensoria, que a defensoria não tem orçamento próprio, que estão presentes para somar para que Ana Cláudia sugere o retorno dos atendimentos da defensoria pública presencial, Célia solicita que seja divulgado no site do CEDM e divulguem a campanha, a Presidente pergunta se podem aprovar este encaminhamento, Marcel diz que estarão realizando uma audiência pública e convida o CEDM participar da audiência em conjunto e pede que o CEDM adira a campanha e faça cumprir a lei e agradece a todas e se coloca mais uma vez a disposição na causa, a Presidente diz que a primeira proposta é a adesão a campanha e a segunda é que o CEDM faça a adesão a proposta trazida, Carol da SESA diz que poderia fazer a sugestão dos atendimentos presenciais, ela concorda com encaminhamentos ligados a pauta e que diante do que a Dra. Ana Cláudia trouxe que as representantes da defensoria possa responder essa sugestão, Ana Raggio diz que o CEDM poderia fazer uma provocação da SEJUF que intervenha junto ao Governo do Estado para assegurar verbas para à Defensoria Pública do Estado do Paraná, na LOA 2022, para que ela possa expandir os seus serviços, tendo em vista que atualmente a mesma não cobre os 399 municípios do Estado apesar da previsão constitucional de criação da Defensoria, os encaminhamentos foram aprovados e não havendo mais a tratar a Presidente passa para o próximo ponto da pauta; item oito;

8) Informes da Secretária Executiva: A secretária executiva diz que os informes são do trabalho realizado no período de dez de Agosto à treze de Setembro, que Para

elaboração da ATA, a secretária executiva realizou a degravação da reunião do mês de agosto, foram três horas de áudio e buscou-se degravar o mais fidedigno possível, que a ATA foi encaminhada por e-mail e pelo grupo do WhatsApp para todas as conselheiras, a Presidente e a conselheira Carmen colaboraram com o apontamento de algumas correções ortográficas, foi encaminhado por e-mail para as conselheiras solicitações de pauta, que foi encaminhado por E-mail para as conselheiras a Convocação e a Pauta para reunião ordinária, foi enviado a convocação no grupo do WhatsApp do CEDM, foi publicado no Diário Oficial nº. 10996 de 11 de Agosto de 2021, o Decreto nº8321 que nomeia a Dra. JULIANA HEINDYK DUARTE como Conselheira Suplente do CEDM, representante da SESP; foi publicado no Diário Oficial nº. 10996 de 11 de Agosto de 2021, o Decreto nº8329 que nomeia IRIA COLOGNESE ALVES GARCIA como Conselheira Titular e, CAMILA EVELIN DE MORAES como Conselheira Suplente do CEDM, representantes do Departamento do Trabalho da SEJUF, a SUPERINTENDENCIA GERAL DE DIALOGO E INTERAÇÃO SOCIA - SUDIS-CASA CIVIL solicitou por meio do Protocolo: 18.021.714-2, a substituição da Conselheira Suplente, indicando Desireé Barbosa Santiago como nova suplente no CEDM. A minuta de decreto já foi encaminhada e está em tramitação, que as correspondências recebidas foram: o documento "Carta do Movimento "Assédio não é bacana - Assédio é crime" foi encaminhado por e-mail para todas as conselheiras, O Departamento de Assistência Social solicitou que sejam apontados os itens já avaliados pelo Departamento da Mulher para que realizarem a avaliação da SEDS - Assistência Social, sobre o processo de eleição: a secretária-executiva elaborou a deliberação 001/2021 que trata da nomeação da Comissão Eleitoral e encaminhou para Publicação no Site, a secretária-executiva fez as correções da minuta de edital que foi enviada para aprovação na reunião do mês de agosto, criou o canal oficial para inscrições das Entidades, Secretariou reuniões da Comissão Eleitoral e encaminhou a deliberação 002/2021 para publicação no Site do CEDM, a secretária-executiva Colaborou com o Departamento de Garantia dos Direitos da Mulher elaborando a Minuta de Matéria para publicação no site da SEJUF, a secretária-executiva criou uma pasta no drive do canal de inscrição com pastas das entidades inscritas, contendo todos os documentos recebidos das 22 entidades que se inscreveram, a secretária tem monitorado o canal de inscrição e encaminhado para a Comissão Eleitoral todas as dúvidas recebidas e respondido aos e-mails com as orientações da Comissão, a secretária-executiva respondeu todos os e-mails recebidos e encaminhou todas as orientações da comissão eleitoral, tanto pelo e-mail de inscrição, quanto no e-mail oficial do CEDM, outros informes da secretária-executiva: a secretária-executiva solicitou junto a Comunicação da SEJUF adequações no Site do CEDM, com a criação da aba "Criação de Conselhos", a secretária-executiva está colaborando com o Departamento de Garantia dos Direitos da Mulher com a organização do Curso de Capacitação de Conselheiras, sendo a responsável pelo preenchimento dos dados no PROJETO DE CURSO/EVENTO - ESCOLA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS e, encaminhado o mesmo para a Escola de Gestão e colaborado com as adequações ao projeto, secretária-executiva participou das ações do Departamento da Mulher no Agosto Lilás, a Presidente agradece pelo trabalho da secretaria executiva e que reconhece que é um trabalho árduo e que

muitas vezes não é virtualizado, dona Rosalina pergunta sobre o ofício que enviado ao CEDM ralentando o ocorrido em Londrina da situação que foi desrespeitada a conselheira por ela ser negra e que sente falta dessa colocação na pauta, Fernanda explica que todos as correspondências recebidas foram encaminhadas para as conselheiras e que não recebeu solicitação de pauta sobre essa questão, a Presidente diz que podem fazer um encaminhamento sobre essa questão, fazendo uma nota em adesão a nota de Londrina e mandar para o CNDM, referendando a nota do conselho de Londrina, fica aprovado o encaminhamento, não havendo mais a tratar neste item a Presidente passa para o próximo ponto da pauta; item nove; **9) Informes da Comissão de Comunicação, Comissão de Monitoramento do Plano e Comissão de Eleitoral:** A Presidente solicita que alguém fale pela Comissão Eleitoral, Carmen fala do processo de eleição e diz que estão conseguindo cumprir o cronograma e que tiveram vinte e duas entidades inscritas que fizeram hoje uma breve reunião para ver como farão para analisar toda documentação, que a Fernanda organizou as pastas e que já marcaram uma reunião para quinta-feira e irão passar a manhã toda analisando a documentação, que o número de inscrição foi satisfatório, a Presidente parabeniza pelo trabalho da comissão eleitoral; a Presidente solicita que alguém fale pela Comissão de Comunicação, sobre o curso de capacitação de conselheiras, Silvane diz que o curso tem que seguir a formatação que foi passado para então abrir as inscrições, que precisa ser no formato que foi passado a comissão e que estão aguardando a aprovação da comissão, a Presidente explica que o primeiro modulo poderia ser gravado ao vivo com participação e os outros módulos seriam gravados e disponibilizados no YouTube e as respostas seriam realizadas com um grupo ao vivo após as aulas, que teriam as intervenções ao vivo e que também ficariam gravadas, Silvane diz que irão realizar uma ampla divulgação e abrir as inscrições após a aprovação dos horários, Carmen diz que tinha entendido que tinham conseguido mais uma data para fazer as gravações, Silvane diz que irá ver as agendas da sala de Live para verificar a disponibilidade para agendar nova data, Carmen solicita que já saiam com uma nova data para reunião com a Comissão para ver essas questões a Presidente diz que podem definir essa data no grupo; a Presidente solicita que alguém fale pela Comissão de Monitoramento do Plano, Silvane diz que essa pauta foi vencida nas falas da Tamara, não havendo mais a tratar neste ponto da pauta a Presidente passa para o próximo ponto; item dez; **10) Informes Gerais:** Carol fala que a SESA em parceria com a ESPP, ABEn-PR e ABENFO-PR estão com edital aberto para especialização em Enfermagem Obstétrica e serão quarenta vagas da região litoral, metropolitana, Toledo e Cascavel, e que irão falar mais dessa temática no comitê e que é uma imensa felicidade estarem dando este passo, Carla convida todas as conselheiras para participar da capacitação estadual de atenção as pessoas em situação de violência sexual da SESA que irá acontecer nos dias cinco, seis e sete de outubro no período da manhã e que deixou o link de inscrição no chat e que conta com a participação e divulgação, Ana Raggio diz que estão com o curso de formação conhecer e respeitar e que neste momento estão trabalhando com as formações temáticas, que a formação inicial e as rodas de conversas já foram e que amanhã saúde, depois sistema prisional e na próxima semana assistência social e socioeducação, que quem quiser acompanhar é um curso

bem rico para quem tiver interesse em se aprofundar na temática da população LGBT+ o curso está a disposição , não tendo mais a tratar a presidente passa para o próximo ponto da pauta; item onze; **11) Palavra das Conselheiras:** A Presidente abre para palavra das conselheiras, Márcia lembra que foi aprovado no dia vinte e quatro de agosto e volta para a pauta hoje a questão de o ensino domiciliar, que orientam para o voto não e que se este projeto passar será um grande retrocesso ao ensino de qualidade, que defendem a escola pública, que isso aprofunda a desigualdade social, que estimula a evasão e que no ponto de vista delas é inconstitucional, que se este projeto passar irão em conjunto com as entidades derrubar essa lei, a Presidente agradece e diz que essa é uma pauta muito importante que seja trazida e que devem se aprofundar nessa discussão, a Presidente diz que a reunião de hoje foi bem profícua, que caiu num momento bem importante que foi na pauta da RMN, mas considera que foi bem proveitosa e que devem ir se preparando para o próximo conselho para fazer uma bela transição, para dar continuidade ao trabalho do CEDM que traz pautas fundamentais, ela diz que quanto mais pautas deste tipo como as que foram trazidas mais necessário se faz os conselhos de direito para que se tenha uma atuação efetiva e que possa fazer frente a todo o desmonte de políticas públicas como o que tem acontecido no país, que este é um espaço de resistência e de resiliência e que é muito orgulhosa de fazer parte do CEDM e de tê-las como parceira, a Presidente agradece a presença de todas dando encerramento a Reunião Ordinária. Esta ATA foi gravada pela Secretária Executiva, Fernanda Marchione e será encaminhada as conselheiras para contribuições, depois de aprovada em reunião plenária será publicada e publicizada no site do CEDM/PR. **Nº da Edição do Diário: 11034**